

Cláudia Ninhos

PORTUGAL E OS NAZIS
HISTÓRIAS E SEGREDOS DE UMA ALIANÇA

a esfera  dos livros

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13
1 A DIPLOMACIA CULTURAL ALEMÃ NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.	21
Da Alemanha Guilhermina ao início da Grande Guerra	21
A Grande Guerra e as transformações na política cultural e científica.	23
Os difíceis anos do pós-guerra	26
A política cultural do <i>Auswärtiges Amt</i> durante a República de Weimar	28
A institucionalização da política cultural alemã no estrangeiro.	29
2 O IMPACTO DA SUBIDA DE HITLER AO PODER	33
A diplomacia alemã sob tensão.	35
A difusão da língua e da literatura alemãs no estrangeiro	37
A importância política das conferências no estrangeiro	39
A adaptação à realidade da guerra (1939-1945)	41
Os Institutos Científicos Alemães	42
Os acordos culturais	45
3 PORTUGAL E A ALEMANHA: DO FINAL DO SÉCULO XIX À QUEDA DA REPÚBLICA DE WEIMAR	51
Dissensões: o fator colonial e a Grande Guerra	52
Aproximação: a cultura e a ciência	55
A influência da pedagogia alemã	59
A influência alemã no ensino superior português	61
Bolséiros portugueses na Alemanha	64
O pós-guerra e o retomar do intercâmbio cultural luso-alemão	67
O Instituto Alemão da Universidade de Coimbra	71

4	O ESTADO NOVO E O III REICH: CIÊNCIA, CULTURA E POLÍTICA	77
	Os primeiros esforços para a institucionalização do intercâmbio.	78
	Os protagonistas do relacionamento cultural com Portugal.	82
	<i>O Instituto Ibero-Americano</i>	82
	<i>O Instituto Alemão de Coimbra</i>	87
	<i>O Grémio Luso-Alemão</i>	89
	<i>A sala de alemão do ISCEF</i>	92
	O início do intercâmbio entre as organizações de juventude. A Ação Escolar	
	Vanguarda e a <i>Hitlerjugend</i>	93
	As viagens da <i>Kraft durch Freude</i> a Portugal.	101
	1936. O ano da eclosão da Guerra Civil de Espanha.	108
	O reconhecimento do papel de Luís Cabral de Moncada e de Gustavo Cordeiro	
	Ramos	111
	<i>Gustavo Cordeiro Ramos, o «nosso grande patrono»</i>	113
	<i>Luís Cabral de Moncada, o «ilustre professor universitário e dedicado amigo da Alemanha»</i>	117
	De novo o intercâmbio juvenil... a criação da Mocidade Portuguesa e a sua	
	ligação à <i>Hitlerjugend</i>	120
	1937. A Alemanha reforça a sua posição. A Inglaterra desperta	129
	<i>A tradução dos discursos de Salazar e das entrevistas de Ferro</i>	134
	O acordo cultural.	139
	<i>As infundáveis negociações</i>	141
	<i>A posição do Instituto para a Alta Cultura</i>	146
	<i>De volta às negociações</i>	147
	<i>Finalmente, a proposta de acordo cultural</i>	148
	<i>O Estado Novo e a proposta de acordo cultural</i>	151
	«1938 testemunhou a continuação da luta»	156
	1939. Contagem decrescente para a guerra.	164
	<i>A Exposição do Livro Português em Berlim</i>	170
	<i>A tradução de Mein Kampf</i>	174
5	É A GUERRA!	177
	Salazar, Portugal e a II Guerra Mundial.	177
	Salazar e a «Nova Ordem Europeia»	185
	Os beligerantes à conquista dos portugueses.	188
	O anticomunismo.	191
	Os jornalistas portugueses.	195
	Os militares	203

6	«PARA QUE MARTE NÃO AFUGENTE AS MUSAS». A DIPLOMACIA CULTURAL ALEMÃ EM TEMPO DE GUERRA	207
	O papel das instituições alemãs no planeamento do trabalho cultural em Portugal	215
	As exposições. O exemplo da «Moderna Arquitetura Alemã»	222
	1944-1945: À beira da derrota!	228
	O Instituto de Cultura Alemã em Lisboa	232
7	OSWALD VON HOYNINGEN-HUENE. DEZ ANOS EM LISBOA (1934-1944)	239
	«O melhor agente é o que não sabe que é um agente»	239
	Os diplomatas alemães no banco dos réus	240
	«O barão do Báltico»	244
	Os momentos de tensão e os fracassos	249
	Huene e a questão judaica.	255
	A substituição de Huene.	258
	NOTAS	271
	BIBLIOGRAFIA	313
	AGRADECIMENTOS	325

Para o Dinis

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 1933 Adolf Hitler tornou-se chanceler na Alemanha e começou de imediato a edificar um regime cujo radicalismo político e ideológico haveria de conduzir à II Guerra Mundial. Nesse mesmo ano, em Portugal, o Estado Novo institucionalizou-se, ao contrário do que aconteceu na Alemanha, a partir de uma Constituição, que vigorou até abril de 1974 e que fazia do nosso país uma «república unitária e corporativa»¹, cuja soberania só tinha como limites «a moral e o direito»². Como defendeu Luís Reis Torgal³, e como os próprios contemporâneos notaram, no discurso oficial do regime predominou sempre uma argumentação que fazia a apologia do paradigma nacional. Isto é, Salazar concebia o seu Estado Novo como um fenómeno nacional, original, aplicado ao contexto português e, como tal, não deveria ser encarado como um regime de tipo fascista. Em 1934, no 1.º Congresso da União Nacional, o partido único do regime, afirmou ser necessário afastar qualquer «impulso tendente à formação do que poderia chamar-se o Estado Totalitário»⁴. O que era para Salazar um Estado totalitário? Era «o Estado que subordinasse tudo sem exceção à ideia de nação ou de raça por ele representada, na moral, no direito, na política, na economia, apresentar-se-ia como onnipotente». Esse Estado «seria essencialmente pagão, incompatível por natureza com o génio da nossa civilização cristã». Esta crítica dirigia-se, claramente, ao Nacional-Socialismo. Em 1937, voltou, uma vez mais, a criticar o totalitarismo e, inclusivamente, as leis de Nuremberga⁵.

No entanto, tais afirmações não obstaram a que os contemporâneos reconhecessem as afinidades existentes entre o regime português e o

Fascismo italiano, mas também o Nacional-Socialismo alemão. Parte da elite portuguesa olhou com admiração para a Alemanha e esforçou-se mesmo por colocar a suposta «Revolução Nacional» ocorrida em Portugal com o que acontecera naquele país. Atraía-os as políticas sociais, bem como a estabilidade política e a «regeneração nacional» propagandeada pelo regime nazi. Embora a atração face ao Nacional-Socialismo, que se tornou num «campo magnético»⁶, não tenha sido consensual, houve portugueses que se regozijaram com a chegada de Hitler ao poder, expressando «uma paixão política favorável à Alemanha»⁷. Estes indivíduos esforçavam-se, por isso, por demonstrar a comunhão de ideias e de ideologias existente entre os dois países e alguns deles estabeleceram contactos com o novo regime, de tal forma que o barão Oswald von Hoyningen-Huene, ministro da Alemanha em Portugal (1934-1944), imediatamente notou que o seu país tinha muitos amigos e admiradores no seio do governo, e que os Nacionais-Sindicalistas estavam especialmente entusiasmados⁸. De igual forma, os alemães empenhavam-se em demonstrar a existência de um «parentesco de espírito e de sentimentos»⁹.

A diplomacia alemã soube tirar partido das semelhanças entre os fundamentos político-ideológicos dos dois regimes. E, de facto, não era difícil fazê-lo, uma vez que o Estado Novo teve mais em comum com a Alemanha e a Itália do que com os governos liberais, como a Grã-Bretanha. Durante a guerra, chegou a servir-se do facto de os opositores de Salazar olharem com esperança para a vitória dos Aliados, para convencer os círculos governamentais de que a Alemanha é que era, verdadeiramente, um país aliado de Portugal¹⁰. Entre os portugueses, o entusiasmo aumentou ainda mais com a abertura da Frente Leste.

É claro que houve diferenças entre o regime português e o alemão. Uma delas é o facto de não ter existido um movimento de massas, o que levou Manuel de Lucena, nos anos 70, a defender que o Salazarismo foi um «fascismo sem movimento fascista»¹¹. Os próprios contemporâneos notaram e sublinharam este facto. Para Hoyningen-Huene, a ditadura portuguesa não poderia decidir-se por um grande movimento fascista, com uma dinâmica revolucionária, estando limitada a simpatizar com a ideologia nacional-socialista e fascista. Isto porque, apesar de considerar que Salazar conhecia os benefícios da introdução do Fascismo sob a sua própria liderança, havia três fatores que o impediam de seguir esse rumo. Primeiro, a oposição do exército, que não queria ceder a sua influência a um grande movimento popular. Em segundo lugar, a aversão

de Salazar a uma liderança populista que implicasse um contacto pessoal com as massas. E, por fim, o receio de que o «temperamento português» não se ajustasse à tensão, interna e perene, que o Fascismo exigia de cada indivíduo. Huene dizia mesmo que nem o Nacional-Sindicalismo, que ideologicamente denotava uma maior proximidade com o regime nazi, era considerado um movimento de massas, uma vez que a população era maioritariamente analfabeta¹². Outra diferença essencial foi o antissemitismo, que foi um aspeto central para o Nazismo, mas que em Portugal não fez parte da ideologia do regime, tendo sido um fenómeno «marginal», ainda que alguns dos apoiantes do Estado Novo tenham expressado publicamente opiniões antijudaicas e, inclusivamente, antissemitas¹³. Aliás, os próprios diplomatas alemães diziam haver uma ausência de compreensão pela questão racial na Alemanha, que justificavam pela forte miscigenação existente em Portugal¹⁴.

Existem já estudos comparativos sobre a natureza política do regime português. A maior parte dos autores estrangeiros, historiadores e cientistas políticos, exclui o Estado Novo da categoria de «fascismo»¹⁵. João Medina¹⁶, António Costa Pinto¹⁷, Manuel Braga da Cruz¹⁸, Rui Ramos ou Filipe Ribeiro de Meneses consideram-no um regime autoritário, mas não fascista. Para Costa Pinto, o Nacional-Sindicalismo, um fenómeno minoritário e tardio, é que representava a corrente fascista durante a ditadura militar. A sua derrota terá significado, por isso, o fim do Fascismo em Portugal. Já Braga da Cruz caracterizou o regime de conservador e autoritário, moderado em relação ao Fascismo e ao Nacional-Socialismo. Mais recentemente, Rui Ramos, autor da secção do período contemporâneo de uma História de Portugal, opta por relativizar a repressão conduzida pela polícia política portuguesa, que considera moderada quando comparada com a perpetrada na Alemanha. Para Ramos, o Estado Novo «explorou o facto de a violência ser uma componente da ordem pública e da vida política»¹⁹. Também o autor da biografia de Salazar defende que, ao tratar o Estado Novo como fascismo, se está a «esticar o conceito de fascismo a tal ponto que ele perde significado», porque, em sua opinião, não existiu uma mobilização de massas, porque o nacionalismo português teve uma «natureza moderada» e, entre vários motivos apresentados por Filipe Ribeiro de Meneses, por causa da «rejeição da violência como meio de transformação da sociedade»²⁰. No entanto, para outros historiadores, como Manuel de Lucena²¹, Fernando Rosas²², Luís Reis Torgal, João Paulo Avelãs Nunes²³ ou Manuel Loff²⁴, o Salazarismo enquadra-se, indubitavelmente,

na tipologia de fascismo. Para Fernando Rosas o Estado Novo também teve o seu projeto totalitário, que alcançou o auge na década de 1930, num período muito marcado pela Guerra Civil de Espanha e pela «ameaça comunista»²⁵. Já Reis Torgal defende ser lícito falar-se do «totalitarismo» do Estado Novo ou, pelo menos, da sua «tendência totalitária»²⁶. Embora não tenha sido um fascismo conquistado na rua por meio de um partido, Torgal considera o Estado Novo um regime fascista, uma espécie de «fascismo à portuguesa», que se organizou «segundo as nossas próprias características e os nossos condicionaismos». Para este autor, «fascismo» deve ser entendido como mero conceito, objetivo, e não como «insulto político»²⁷.

Embora não seja esse o tema deste livro, este debate é de extrema importância, como pano de fundo, para os assuntos que aqui tratamos, isto é, para a análise das relações entre o Estado Novo e o III Reich. Neste livro propomo-nos analisar as relações entre o regime português e o Nacional-Socialismo, centrando a nossa atenção em alguns aspetos dos inúmeros intercâmbios e transferências, já que, como defende o historiador alemão Arnd Bauerkämper, a investigação de redes e interações constitui uma das abordagens mais promissoras à natureza transnacional do Fascismo. O regime português, em nossa opinião, não deve ser compreendido unicamente a partir de uma perspectiva nacional, em isolamento do resto da Europa e realçando-se a excecionalidade dos desenvolvimentos políticos, económicos, sociais e culturais nacionais. Deve ser compreendido enquanto parte integrante da História europeia. Daí a importância de olhar para as redes que atravessavam todo o continente, enfatizando a «noção de contexto histórico»²⁸ e adotando uma abordagem transnacional.

Ao longo das próximas páginas procuraremos demonstrar que as relações entre os dois países nunca foram tão intensas como no período que se seguiu à tomada de poder por Hitler, até porque a Alemanha, à semelhança da Itália, se transformou num centro que procurava irradiar a sua hegemonia por toda a Europa, influenciando politicamente e ideologicamente os outros países, incluindo Portugal. As visitas ao Reich, as conferências, as exposições, as receções promovidas pela Legação Alemã, pelo Grémio Luso-Alemão, pelas organizações nazis, em especial a Juventude Hitleriana, mas também pelos Institutos Portugueses criados no Reich e pelo Instituto Ibero-Americano de Berlim, provam que, apesar de terem sido regimes nacionalistas, existiu uma intensa cooperação motivada por diferentes razões, nomeadamente por considerações de

natureza ideológica, pela procura de um modelo considerado superior, pela busca de conhecimento num país que era visto como estando na vanguarda. Durante a II Guerra Mundial estas relações mantiveram-se bem firmes, apesar dos momentos de tensão, pelo que é possível recorrer ao conceito de «colaboração neutral» para as caracterizar²⁹.

Procuraremos mapear as ligações que cruzaram os dois países, reconstruindo os contactos pessoais e institucionais, seguindo a trajetória de algumas figuras para compreender quem eram, onde estiveram, por quem foram influenciadas. Por outro lado, optámos por alargar o âmbito do estudo das relações luso-alemãs a um aspeto pouco estudado pelos investigadores, que é a diplomacia de cariz cultural e científico, campos que são, muitas vezes, incorretamente entendidos como apolíticos. Como procuraremos demonstrar, a política cultural alemã em Portugal respondeu sempre a objetivos de natureza política e económica.

Este livro reproduz, em grande parte, a tese de doutoramento defendida em provas públicas na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em junho de 2016. Embora o período nazi seja o nosso objeto de estudo, foi necessário recuar para compreender as continuidades e ruturas introduzidas depois de 1933. A investigação começou em Portugal, no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDME) e no Arquivo Oliveira Salazar (AOS). Depois da consulta destes dois núcleos tornou-se óbvio que era impossível escrever a história das relações luso-alemãs durante este período com base exclusiva nos arquivos portugueses. Excetuando alguns relatórios de diplomatas portugueses que passaram por Berlim, em especial os de Veiga Simões³⁰, e os telegramas trocados entre o MNE e os consulados portugueses na Alemanha e a Legação Portuguesa em Berlim, pouco resta. Foi imperioso consultar, por isso, a documentação do Arquivo Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros (*Politisches Archiv des Auswärtiges Amt*, PAAA) e os Arquivos Nacionais ingleses, localizados em Kew (*The National Archives*, Kew), onde foi possível ler os relatórios que os embaixadores ingleses enviavam ao *Foreign Office*. Aí encontramos ainda fotocópias de documentos remetidos pela Legação da Alemanha em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros Alemão, e vice-versa, uma vez que os Aliados levaram a documentação daquele ministério para a Grã-Bretanha, onde foi depois reproduzida. Esta documentação permitiu reconstituir, passo a passo, a política cultural alemã em Portugal, graças aos ofícios trocados entre

o ministro Hoyningen-Huene e o Ministério dos Negócios Estrangeiros Alemão. Permitiram-nos ainda reconstituir a rede responsável pelas relações entre os dois países, que incluía instituições e pessoas que colaboraram estreitamente com a diplomacia conduzida pela Legação da Alemanha em Portugal, à frente da qual esteve o barão Huene, e enquadrados pela Wilhelmstrasse. Os Arquivos Nacionais em Kew permitiram ainda confrontar as fontes alemãs com os relatórios enviados pelos embaixadores ingleses ao *Foreign Office* e evitar, ou pelo menos procurar evitar, uma perspetiva tendenciosa a que a consulta exclusiva das fontes alemãs poderia conduzir-nos. Ao acreditar nos relatórios enviados para Berlim corríamos o risco de nos deixarmos convencer pela retórica astuta dos diplomatas que procuravam mostrar os seus próprios êxitos.

Igualmente importante foi a imprensa diária portuguesa, em especial *O Século* e *A Voz*, onde foi possível recolher notícias sobre os eventos organizados pela Alemanha em Portugal (visitas, conferências, intercâmbios) e sobre o seu impacto, que a Legação Alemã em Lisboa encaminhava para Berlim e que foram, por isso, consultados no PAAA. O Arquivo da Universidade de Heidelberg fez-me chegar os documentos relativos ao doutoramento *honoris causa* de Gustavo Cordeiro Ramos e de Luís Cabral de Moncada – entre os quais se encontra a correspondência trocada entre o ministro da Alemanha em Lisboa e o reitor da Universidade de Heidelberg –, que foram essenciais para compreender os bastidores destes jogos de poder. Com a ajuda preciosa da historiadora Rita Almeida de Carvalho conseguimos ter acesso à informação escrita por Salazar nos seus diários acerca dos encontros que manteve com Hoyningen-Huene.

As fontes alemãs e a bibliografia consultada permitiram compreender que a estratégia diplomática nazi não era nova e que remontava, pelo menos, ao final do século XIX, apesar de a Alemanha ter começado a praticar uma política cultural sistemática em Portugal apenas no final da década de 1920. Mas, se é verdade que a prática de uma política cultural ou propaganda cultural no estrangeiro tenha começado ainda durante a República de Weimar, o Nacional-Socialismo veio intensificar este esforço ao longo da década de 1930 e, até, ao longo da guerra, como forma de promover a compreensão pela Alemanha e pelo novo regime, através de filmes, revistas, exposições, digressões de orquestras e grupos de teatro, fomentando o ensino do alemão e o intercâmbio académico. Procuravam criar um clima de simpatia e boa vontade face ao III Reich e às suas reivindicações, influenciando ainda as políticas e a orientação

ideológica de outros regimes. Tratava-se de um trabalho que tinha também em vista o futuro, o que explica por que motivo a propaganda cultural alemã foi tão intensa em Portugal nos anos de 1944 e 1945. Apesar de Fritz von Twardowski, responsável pelo Departamento de Política Cultural do Ministério dos Negócios Estrangeiros durante o regime nazi, ter defendido que nenhuma pressão política ou económica deveria ser praticada no exercício da política cultural, a verdade é que por detrás do desejo de promover a cultura alemã noutro país estavam objetivos de cariz económico e comercial. Havia, no fundo, uma interdependência de fatores, que pode ser lida a partir de um prisma oposto. A não-promoção da cultura era encarada como prejudicial em relação aos interesses económicos e comerciais.

A aposta na cultura foi a principal estratégia seguida pela diplomacia alemã em Portugal, que pretendia alcançar uma hegemonia política e ideológica. Num país que, economicamente, girava em torno da órbita inglesa, o domínio cultural era a forma mais subtil de exercer influência. Era, por isso, mais facilmente aceite no país de destino, não levantando grandes desconfiças e oposições, sobretudo num regime que recorria a mecanismos de censura para manter a população longe de influências externas. Esta diplomacia, que aspirava à germanização de toda a Europa, escondia um imperialismo de cariz económico e político, que a Alemanha pretendia impor a Portugal, aos arquipélagos atlânticos e às suas colónias. Com a eclosão da guerra tudo se radicalizou. E tendo sido a II Guerra Mundial uma «guerra total», nenhum domínio poderia ficar, como afirmou Herbert Scuria, «intacto». Tudo deveria ser colocado ao serviço de um objetivo, a vitória final. E, entre todos os domínios, estava, para além do político, do militar e do económico, o «espiritual-moral»³¹. Tratava-se, no fundo, da «Terceira Frente». Os alemães não foram, no entanto, os únicos a apostar nesta estratégia.

Como teremos oportunidade de demonstrar, o diplomata Oswald von Hoyningen-Huene será uma das figuras centrais do nosso estudo porque, em nossa opinião, foi o principal impulsionador da política cultural alemã no país, onde permaneceu durante uma década. Huene promoveu uma aproximação entre as organizações de juventude dos dois países, entre os intelectuais e cientistas, dinamizando visitas ao Reich e viagens de representantes alemães a Portugal. Apoiou-se, para levar a cabo os seus objetivos, em instituições alemãs em Portugal, como o Grémio Luso-Alemão e o Instituto Alemão da Universidade de Coimbra. Todos eles deixaram-se influenciar pela política oficial da Legação,

que serviram fielmente. Funcionaram como elos de ligação, ajudando a cimentar contactos pessoais e fomentando eventos culturais. Abordaremos igualmente o intercâmbio entre as organizações de juventude do Estado Novo e do Nazismo, as viagens da organização *Kraft durch Freude* a Portugal ou o papel dos mais importantes protagonistas do relacionamento cultural e académico luso-alemão.

De fora deste livro ficou a segunda parte da tese, que se debruçava sobre os bolseiros da Junta de Educação Nacional e do Instituto para a Alta Cultura que estudaram na Alemanha durante o período nazi, que será publicada posteriormente.

A DIPLOMACIA CULTURAL ALEMÃ NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

*Fui forçado a conquistar a Europa pela espada;
Os que vierem depois de mim conquistá-la-ão pelo espírito.
O espírito é sempre mais poderoso que a espada.*

NAPOLEÃO¹

Da Alemanha Guilhermina ao início da Grande Guerra

Na Alemanha, o recurso à ciência e à cultura enquanto instrumentos da diplomacia começou a ser experimentado ainda durante o período imperial. O conceito de «*Auswärtige Kulturpolitik*» – Política Cultural Externa – foi mencionado pela primeira vez, oficialmente, numa carta do chanceler Bethmann Hollwegs ao historiador Karl Lamprecht em 1913. Na missiva, Hollwegs confessava que Lamprecht o convencera da necessidade de a Alemanha adotar uma política cultural no estrangeiro se quisesse praticar, de facto, uma *Weltpolitik*. Terá sido o próprio Lamprecht que cunhou este termo quando, em 1912, na reunião da Federação para a Conciliação Internacional (*Verbande für internationale Verständigung*), fez um «Discurso sobre a Política Cultural Externa»².

Logo no período que antecedeu a Grande Guerra, os cientistas procuravam difundir a ideia de que o conhecimento científico era uma fonte de prestígio internacional, estabelecendo uma relação direta entre o estatuto de potência política e o de potência científica e cultural. Ciência e cultura transformaram-se num fórum para a competição internacional, sendo encaradas como uma fonte de poder, essencial para dominar o mundo, em que o seu declínio conduziria, inexoravelmente, ao declínio político. Tratava-se de uma espécie de «nacionalismo científico», como lhe chama Somsen³ e que levou Paschalidis a designar este período, que vai da década de 1870 ao início da guerra, de «nacionalismo cultural»⁴.

No início do século xx, quando estava já institucionalizada uma comunidade científica internacional, materializada na organização de conferências e na criação de instituições internacionais, reforçou-se a ligação entre a ciência e o nacionalismo. Esta ligação teve um desenvolvimento especialmente promissor na Alemanha, onde assentou na ideia de uma cultura (*Kultur*) comum, da qual a ciência (*Wissenschaft*) era uma componente importante. Os avanços verificados na ciência eram assim vistos como o reflexo da grandeza nacional⁵. O médico português Ferreira de Mira notou esta tendência ainda durante a Grande Guerra e, no jornal *A Lucta*, defendeu que a expansão intelectual da Alemanha teria sido o primeiro passo dado para alcançar a hegemonia política⁶.

A crescente importância científica, económica e militar da Alemanha levou à criação de cursos de língua alemã para adultos em diversos países, que eram procurados por comerciantes, oficiais e académicos. A par disso, a Alemanha dava-se a conhecer através das «numerosas publicações e pela exportação de professores», já que «à invasão de livros sucedeu a invasão de professores». Dizia Ferreira de Mira:

«Nos países balcânicos, na América, por toda a parte, até em Lisboa, fundaram-se colégios alemães com professores alemães, inculindo nas mocidades o respeito e a admiração pela ciência e pela pátria germânicas. Dessa propaganda de professores e livros resultou naturalmente a afluência de alunos estrangeiros às escolas alemãs, justamente desejosos de receber a lição dos mestres que, desde as primeiras letras, lhes tinham ensinado a admirar. Quando voltaram aos seus países de origem, eles eram os melhores propagandistas do saber germânico, dos métodos de estudo e da superioridade dessa nação.»⁷

A par da necessidade de aprender o idioma desenvolveu-se o interesse pela cultura alemã. No estrangeiro, as escolas alemãs tiveram um papel muito importante na política cultural do Reich. A primeira Escola Alemã de natureza não-religiosa surgiu no Chile, em 1858, seguindo-se Constantinopla e Antuérpia, onde existiam importantes colónias ligadas à atividade comercial. A partir de 1871, logo depois da unificação da Alemanha, aumentou o número de escolas. Entre 1890 e 1900 foram fundadas cerca de 180 novas escolas alemãs no estrangeiro; de 1900 a 1910 surgiram mais 204; e entre 1911 e 1914 mais de 60. Entre 1890 e 1914 foram criadas cerca de 450 escolas, que se localizavam nas mais importantes cidades do Mundo⁸.

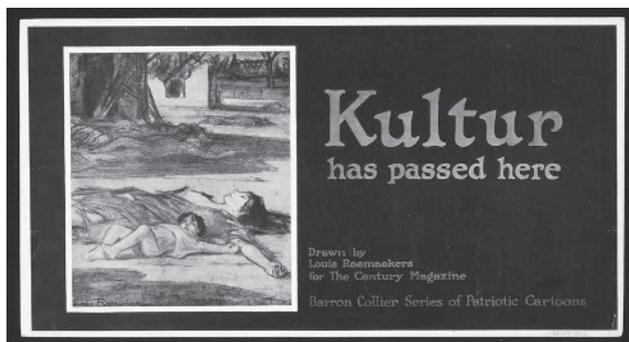
Até 1914, a difusão da cultura alemã fez-se sobretudo através de instituições privadas, financiadas pelas comunidades de emigrantes alemães estabelecidas em vários países. Assim, quanto maior a colônia alemã, mais intensa era a presença cultural alemã. Não havia, portanto, uma política sistemática. No século XIX as escolas eram ainda, na sua grande maioria, de origem confessional e tinham surgido na sequência da diáspora alemã. Ou seja, devido ao aumento do número de alemães a viver no estrangeiro, que haviam deixado a Alemanha por motivos políticos ou económicos. Depois, ao longo do século XIX, a Alemanha transformou-se numa grande potência comercial e industrial, lançando-se ainda na procura de um «lugar ao sol» fora da Europa. Tudo isto fez aumentar o número de alemães a viver no estrangeiro. Estas instituições eram financiadas por fundos privados. Só mais tarde é que o governo passou a encarar de outra forma a utilidade destas instituições. Aliás, só em 1878 é possível encontrar no orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros Alemão uma rubrica «fundos para as escolas do Reich» (*Reichsschulfonds*), que perfazia um total de 75 000 marcos. Depois da visita da família imperial, na companhia do secretário de Estado Von Büllow, à Escola Alemã de Constantinopla, duplicaram os fundos destinados às escolas alemãs no estrangeiro.

A Grande Guerra e as transformações na política cultural e científica

A guerra constituiu um momento de viragem para toda a Europa, e em especial para a própria Alemanha. As transformações ocorreram em todos os domínios, incluindo na esfera cultural e científica. Uma guerra como aquela nunca havia sido travada. A aliança entre a ciência e a indústria aumentou de forma exponencial a capacidade militar dos beligerantes, pelo que a vitória dependeu, e muito, do nível de desenvolvimento científico. O médico William Osler no livro *Science and War*, publicado em 1915, afirmava mesmo que a ciência era a melhor amiga que a guerra alguma vez tivera. Surgiram novas armas, que permitiram aumentar os danos provocados sobre o inimigo. Não se tratou apenas de danos materiais, mas também humanos, já que esse armamento permitiu executar massacres em grande escala. O prisioneiro de guerra português António Dias, nas suas memórias, descreveu sublimemente esta transformação, quando afirma que «a sciencia foi a alimentadora

da grande fogueira, fá-la crescer, torna-a mais brava, mais covarde e mais cruel»⁹.

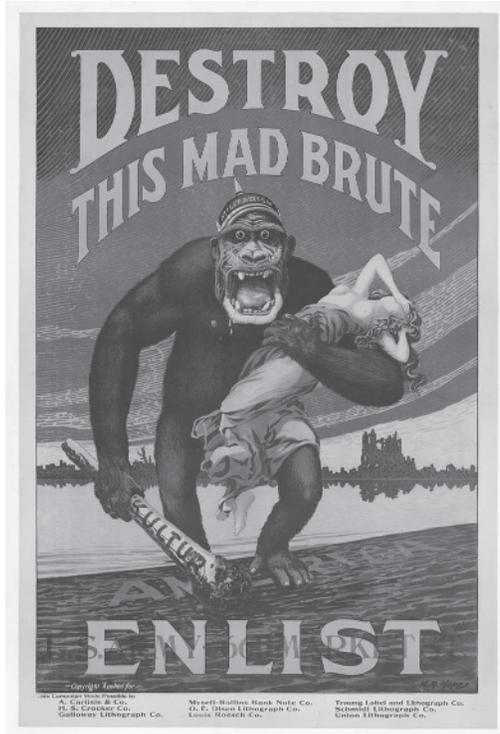
A morte e a destruição chocaram a opinião pública da época. Foi o caso, por exemplo, da destruição da biblioteca da cidade de Lovaina, que deixou a elite culta europeia perplexa perante as ações destruidoras praticadas pelos alemães. Depois disto, procurou-se demonstrar que a Alemanha, apesar de ser uma nação culta, era um país de bárbaros. Não podemos esquecer que a destruição estava associada a um país que, cientificamente e culturalmente, era tido como modelo. Referindo-se ao afundamento do *Lusitânia*, sem aviso prévio e do qual resultaram 1200 mortos, Osler dizia que a ciência se lançara numa missão de destruição para «deleite de uma nação culta» («*kultured nation*»). Logo em outubro de 1914, por exemplo, *Sir William Ramsey*, Prémio Nobel da Química de origem escocesa, que estudara na Universidade de Tübingen, escrevia na revista *Nature* um manifesto contra a Alemanha¹⁰. Estes sentimentos foram também plasmados na representação da Alemanha pela propaganda dos Aliados. Um cartaz de propaganda de 1916, desenhado por Louis Raemaekers para a *Century Magazine*, intitulado «Kultur has passed here», «A Cultura passou aqui»*, representava uma mulher e uma criança jacentes.



Outro cartaz de propaganda norte-americano, criado por Harry Hopps em 1917, apelava ao alistamento. Com o título «Destroy this mad brute», representava um gorila com um capacete onde estava inscrita a palavra «*militarism*». Transportava num dos braços uma mulher seminua,

* <http://www.loc.gov/pictures/item/2004666227/>

enquanto pisava o território dos EUA. Com o outro braço segurava um bastão ensanguentado, onde estava inscrita a palavra «*Kultur*».



A resposta dos cientistas e acadêmicos alemães não tardou. Em outubro de 1914, 93 professores alemães escreveram um manifesto no qual negavam a responsabilidade alemã pelo deflagrar daquele conflito, apresentando o Kaiser como um defensor da paz. Rejeitavam que a Alemanha tivesse violado a neutralidade da Bélgica e justificavam, entre outros atos, a destruição da biblioteca da Universidade de Lovaina, defendendo que as tropas alemãs foram forçadas a exercer represálias sobre a população que, em fúria, os atacara nos quartéis. O manifesto aludia aos esforços para «distorcer a verdade e disseminar a suspeição», garantindo que ninguém amava mais a arte do que os próprios alemães. Foi subscrito por juristas, poetas, cientistas, teólogos, artistas, médicos, historiadores, filósofos, filólogos, músicos, políticos. Entre eles estavam os nomes de Wilhelm Forster, Ernst Haeckel, Max Planck, Adolf von Harnack, Paul Ehrlich, Karl Lamprecht, Karl Vossler ou Wilamowitz-Moellendorff. O documento provocou, naturalmente, uma onda de